

## EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM ESTUDO NA UNIDADE PEVVI DO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE XURI – VILA VELHA (ES)

Mônica Gonring Corrêa<sup>1</sup>

Moacyr Cerqueira Calado<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo é um estudo sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na unidade prisional PEVVI do Complexo Penitenciário de Xuri, em Vila Velha (ES), como parte do processo de ressocialização, visando a analisar, por meio da percepção dos alunos reclusos e dos atores sociais envolvidos – professores e gestores pedagógicos –, a realidade do ensino desta modalidade, com o objetivo de identificar seus limites e desafios pedagógicos. Para isso, a metodologia utilizada no processo de desenvolvimento deste trabalho é de natureza qualitativa e descritiva. Por meio desta abordagem, procuramos mapear e interpretar as opiniões dos alunos e dos profissionais inseridos no processo de ensino/aprendizagem da EJA. Conclui-se, com esta pesquisa, que a construção do pensamento dos alunos acerca da EJA é importante para a criação de uma base efetiva para a implementação de melhorias no ensino de jovens e adultos no sistema prisional.

**Palavras-chave:** EJA; educação no sistema prisional; ressocialização.

## EDUCATION OF YOUTH AND ADULTS: A STUDY AT THE PRISON UNIT PEVVI OF THE XURI CORRECTIONAL COMPLEX IN VILA VELHA (ES)

**Abstract:** This article is a study of the program Education of Youth and Adults (in Portuguese, EJA) at the prison unit PEVVI of the Xuri Correctional Complex in Vila Velha (ES) as part of the resocialization process. Our goal is to enable the analysis, through the perceptions of the inmate students and the social actors involved – teachers and pedagogic administrators –, of the educational reality of that program, so its limits and pedagogical challenges could be identified. With this purpose in mind, we used a qualitative and descriptive methodology throughout the development of this work. With such an approach we tried to map and interpret the opinions of the students and education professionals who participate in the program. Our conclusion was that the construction of the students' perception of the EJA is important for creating an effective basis for implementing measures to improve the process of teaching directed to both young and adult inmates.

**Keywords:** EJA; education in correctional system; resocialization.

---

1 Assistente Social, Pós Graduada no curso de Especialização em PROEJA no IFES. Email: monicagonring@hotmail.com

2 Professor, Doutor do *campus* Vitória, Orientador de TCC do curso de Pós-Graduação em PROEJA no IFES. Email: calado.vix@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

A educação, além de ser direito de todos e garantida constitucionalmente, também é parte do processo de ressocialização dos sujeitos reclusos. Ao pensar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) inserida no sistema prisional, é necessário considerar que esses indivíduos também se encontram às margens dos processos produtivos e econômicos da vida social pela ausência da escolarização. Além disso, estão num patamar muito mais elevado de exclusão, pois a eles está associada a imagem de eternos bandidos e transgressores sociais. Sendo assim, pressupõe-se que as oportunidades de reinserção social dadas a esses sujeitos tornar-se-ão reduzidas. É nesse espaço, restrito por grades, muros e cercas, que se encontra uma grande parcela da população à qual não pode ser negado – pela segunda vez – o acesso à escolarização e a um ensino de qualidade, uma vez que não se aprimora uma sociedade sem educação. Portanto, é a partir desse contexto que se escolheu a temática a ser trabalhada, e sua importância para o campo da educação – um instrumento de ressocialização – é expressa na seguinte questão: Qual é a percepção dos alunos reclusos e dos atores sociais envolvidos, professores e gestores pedagógicos, sobre o processo de ensino/aprendizagem da EJA na unidade prisional PEVVI do Complexo Penitenciário de Xuri, Vila Velha - ES como parte do processo de ressocialização?

O tema de pesquisa é pertinente, tendo em vista o direito à educação outorgada por lei a todo cidadão brasileiro. Estudos de Onofre e Julião apontam que a educação é o instrumento mais apropriado para a ressocialização das pessoas que vivem às margens da sociedade.

O Estado tem a responsabilidade de promover práticas de fortalecimento e controle de políticas públicas no sentido de que os direitos humanos básicos sejam garantidos, com igualdade para todos os indivíduos, incluindo-se aqueles que se encontram em privação de liberdade. Tais políticas devem estar evidenciadas no cotidiano prisional, fazendo-se dessa instituição um espaço educativo, e a educação é um dos eixos fundamentais desse processo. (ONOFRE; JULIÃO, 2013, p. 52)

Portanto, a pesquisa examinou, em grande parte, a percepção que os alunos têm da sua própria formação educacional, isto é, a visão que eles concebem da EJA como parte do processo de ressocialização em que estão inseridos. Assim, buscou-se entender a construção do pensamento dos alunos reclusos, sendo esse um fator potencialmente importante para o estabelecimento de uma base efetiva de melhorias do ensino para jovens e adultos que vivem em situação análoga àquela vivida pelos sujeitos pesquisados. Contudo, para que tal estudo possa ter uma maior abrangência, abordaram-se também os outros atores sociais envolvidos, como professores e gestores pedagógicos que atuam no sistema penitenciário, os quais, conseqüentemente, influenciam de forma direta ou indireta a ressocialização do preso. Para tanto, também se tornou necessário conhecer a realidade do ensino da EJA, desvelando os limites e os desafios pedagógicos na atuação dos profissionais.

O interesse em estudar a EJA como parte do processo de ressocialização surgiu a partir da frase “Somos a bactéria da sociedade”, proferida por um aluno do sistema prisional em uma das aulas de sociologia ministradas pela autora deste artigo. Essa frase sintetiza o pensamento do aluno a respeito do seu papel social, no qual ele se compara ao mais primitivo organismo vivo que, muitas vezes, atua como agente infeccioso de um corpo saudável.

A educação, por ser uma estrutura viva, dinâmica e adaptável ao meio, tem como papel fundamental reverter a lógica do pensamento de exclusão do aluno, que se vê como um corpo estranho – uma bactéria – não pertencente à sociedade, dando ao sujeito ferramentas necessárias a sua transformação e emancipação, que só pode acontecer por meio de uma prática pedagógica libertadora.

A EJA inserida no sistema prisional – além de contemplar uma parcela da população que não concluiu os estudos no período regular de ensino e, por conseguinte, se encontra às margens das oportunidades do mercado de trabalho e da vida social – tem como objetivo contribuir para a reinserção social, para o resgate da cidadania desses sujeitos, por meio da emancipação e da autonomia de cada um enquanto ser social, tornando-os, assim, mais resilientes. O que se busca saber é se, para os atores sociais

envolvidos no processo de ensino/aprendizado, sejam eles alunos, professores ou gestores pedagógicos, a educação assume esse papel de transformadora e libertadora do modo de ressocialização, o que vai para além da oportunidade de garantir o retorno à sociedade como cidadão. Onofre e Julião apontam para um paradoxo frequente nesta realidade, pois:

A busca de respostas para essa questão se insere em discussão mais ampla uma vez que, nesse espaço, encontram-se duas lógicas opostas sobre o que significa o processo de reabilitação, ou seja, o princípio fundamental da educação que é, por essência, transformador, e a cultura prisional, caracterizada pela repressão, ordem e disciplina, que visa adaptar o indivíduo ao cárcere. (ONOFRE; JULIÃO, 2013, p. 53)

Tendo em vista que é dada à educação a importância de ser um forte instrumento de ressocialização, é necessário levantar elementos de análises e conhecer as especificidades dos alunos reclusos do sistema prisional. A educação tradicional faz parte de uma cultura geral fomentada por uma sociedade que investe demasiadamente em uma prática de execução penal que valoriza a pena privativa em detrimento da socioeducativa. E pouco se sabe sobre essa população carcerária, sobre seus crimes cometidos, sua formação educacional e profissional, sua reincidência criminal e/ou penitenciária, como afirma Julião (2011). Em seus estudos sobre a questão penitenciária, citando Thompson (1980, p. 13), o autor faz a seguinte colocação: “Se a adaptação à prisão não significa adaptação à vida livre, há fortes indícios de que a adaptação à prisão implica desadaptação à vida livre”.

A presente pesquisa visou a chamar a atenção para questões que levassem à melhor compreensão do problema, bem como a contribuir para uma visão crítica e reflexiva sobre a EJA, como parte do processo de ressocialização, diante dos dados que aqui são apresentados.

## 2 EDUCAÇÃO X LIMITES DA CULTURA PRISIONAL

Os seres humanos são diferentes dos outros animais porque modificam, criam e reinventam maneiras de se adaptar ao meio em que vivem. Essa capacidade de manipular a experiência com o mundo e transformá-la em conhecimento faz parte do processo de aprendizado, que se apresenta de modo contínuo e múltiplo em todas as suas vertentes.

O conhecimento adquirido ao longo da vida, conforme o indivíduo vai se socializando, é construído de acordo com sua cultura. É relevante compreender que o conceito de cultura não se resume somente ao conhecimento nas áreas de literatura, pintura, música e arte, mas está relacionado aos costumes, às crenças e aos valores. Ou seja, está nas formas de casamento, nas manifestações religiosas, nas estruturas familiares, nos padrões de trabalho, nas atividades de lazer, enfim, em tudo que envolve os modos de vida dos membros de uma sociedade, de acordo com a percepção de Giddens (2009). Essa reflexão é importante, pois as variações culturais influenciam a maneira como o indivíduo enxerga o mundo, como se relaciona com as pessoas, interage com o meio ambiente e cria estratégias de sobrevivência. Dessa forma, não se pode dizer que alguém não tem cultura. Na verdade, o que o indivíduo pode não possuir é o acesso às diversas áreas do conhecimento, seja esse acadêmico ou não. No que se relaciona ao conhecimento acadêmico, sabe-se que é dever constitucional do Estado proporcionar uma educação pública e de qualidade. Porém, de um modo geral, é comum se deparar com limitações na qualidade educacional brasileira no ensino fundamental e médio, seja pela preparação cidadã dos agentes envolvidos, seja pelo aporte material e tecnológico que ajuda na obtenção do conhecimento.

Historicamente, acredita-se que a escola seja o único espaço público de construção de conhecimento na sociedade. Tal crença é legitimada por políticas educacionais tradicionais e conservadoras, vigentes nos modelos políticos e econômicos no Brasil durante anos, inclusive no âmbito do sistema prisional. Aqui, a situação educacional torna-se uma questão muito mais difícil e intrincada, já que as dificuldades

na ressocialização passam, primeiramente, pela limitação do aluno recluso da EJA às ações cotidianas, já que ele está inserido e é refém da cultura prisional.

Em 1984, foi estabelecido pela Lei de Execuções Penais (LEP) nº 7.210/1984, que os presídios pudessem criar e manter escolas ou núcleos de educação com o objetivo de trazer acesso à escolarização para os reclusos do sistema prisional. Por essa lei, ficou acordado que cada Estado gerisse, por meio das Secretarias de Educação e Justiça, as condições pertinentes para que se iniciasse o processo de ressocialização por meio da Educação. Esse passo foi importante para o começo de um pensamento de ressocialização do preso, considerando-se que, passados os anos, o Brasil atualmente ainda figura entre os quatro países que mais encarceram no mundo, e a diminuição do número de presos no país está longe de atingir seus objetivos.

Segundo dados da última pesquisa (junho de 2013) do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), ligado ao Ministério da Justiça, o Brasil possui uma população carcerária de 574.027 reclusos, entre homens e mulheres. Isso equivale a uma taxa de 300,9 presos para cada 100 mil habitantes. Esses índices são mais desoladores quando constatamos que a maioria, cerca de 68%, é analfabeta ou concluiu no máximo o primeiro grau. Do total de presos no sistema prisional, 87,9% são homens. Destes, um pouco mais da metade, 51,4%, são jovens entre 18 a 29 anos. Esse é o quadro que a Educação de Jovens e Adultos encontra ao lidar com o ensino direcionado ao sistema prisional no país.

No Espírito Santo, tendo como referência os dados de dezembro de 2013 também do Depen, o número de reclusos masculinos no sistema fechado e semiaberto era de 7.885 presos. Esse quadro representa 202,9 presos para cada 100 mil habitantes, considerando uma população estimada em 3.885.000 pessoas. Em números gerais, esse montante de reclusos do sistema prisional passa por uma vida cotidiana de alienação social, cujo modo de existência esbarra na falta de perspectiva e no descrédito de sua reinserção na sociedade. É nesse estado de aceitação de seu fracasso moral e de sua exclusão social que o sistema educacional da EJA tenta se inserir. A linha frágil que os une é o elemento educação como processo para ressocialização.

Mas o que é ressocialização? Antes de tudo, ressocializar significa tornar a se socializar. É, portanto, trazer de volta os valores humanos às práticas sociais dos indivíduos.

[...] socializar é transformar um indivíduo de um ser associal num ser social inculcando-lhe modos de pensar, de sentir, de agir. Uma das consequências da socialização é tornar estáveis as disposições do comportamento assim adquiridas. Esta interiorização das normas e valores tem igualmente por função tornar suas as regras sociais, que são por definição exteriores ao indivíduo, e aumentar a solidariedade entre os membros do grupo. (BOUDON et al., 1990, p. 227)

Isso mostra que a função ressocializadora no sistema penitenciário só tem valor quando há um equilíbrio moral e ético entre todos os envolvidos no processo. O sujeito ressocializador e o sujeito ressocializado devem ter a percepção de que essas buscas de equivalências humanizadoras só serão válidas quando a ação promover uma igualdade de direitos e de oportunidades de longo prazo para aquele em situação de vulnerabilidade social. É possível ainda ampliar o conceito de ressocialização, o que significa uma interação para além dos indivíduos que estão nos dois extremos do espaço prisional. Significa uma aceitação por parte da sociedade no que tange à igualdade de direitos e oportunidades. Na prática, esse pensamento não é desenvolvido.

O encarcerado, pelas regulações que regem a sua vida na cadeia, é um ser cujo isolamento não contribui de forma nenhuma para a sua reinserção na sociedade. Ele, ali, não é um agente também de sua própria ressocialização, mas um ser subordinado à lógica da aceitação de todas as regras e de todos os modos pelos quais ele está autorizado a aprender. Segundo Foucault (1987, p. 200), “O isolamento dos condenados garante que se possa exercer sobre eles, com o máximo de intensidade, um poder que não será abalado por nenhuma outra influência; a solidão é a condição primeira da submissão total”. Por essa lógica, a ideia de uma ressocialização plena, aquela em que a sociedade coloca à disposição toda a sua infraestrutura para dar suporte para o penalizado ter consciência dos seus direitos sociais para, assim, poder usufruí-los, ainda é um patamar de difícil alcance.

Parte do projeto de ressocialização do detento prisional passa por uma imersão no campo educacional. Este lhe proporciona uma porta semiaberta para a reintegração social e, por conseguinte, para sua integridade moral, condição básica para a possibilidade de convivência na sociedade. A instituição carcerária brasileira, porém, se molda mais pelo aspecto de punição ao recluso do que pelo aspecto de reinserção social. De fato, esse pensamento é o que impera no cotidiano do sistema prisional, corroborado também pela maioria da população brasileira, que, longe de se debruçar sobre um pensamento de direitos e cidadania para os excluídos sociais, entende que a relação do castigo e do longo isolamento é a melhor solução para o problema das práticas de justiça. Tendo, por um lado, a indiferença ou o olhar censor por parte da sociedade e, por outro lado, a consciência de punição e disciplina ferrenha do sistema carcerário, o recluso torna-se um sujeito cético em relação a sua sociabilização. Isso causa um efeito bastante negativo em suas atividades pedagógicas. Segundo Beauchamp (1981, p. 114, *apud* Beber, 2007),

[...] o melhor que podemos fazer é criar ambientes para os indivíduos nos quais caiba a esperança de obter experiências de aprendizagem. A tarefa de quem planeja o currículo consiste em estabelecer a estrutura fundamental de um ambiente no qual os que aprendem podem ter experiências de aprendizagem.

De todo modo, a realidade educacional desses reclusos do sistema prisional, antes mesmo de suas prisões e sentenças proferidas, era de pessoas de pouca ou nula escolaridade, em sua maioria. Isso mostra que a educação foi, desde muito tempo, um fator inexpressivo para eles, independentemente dos motivos que os afastaram dos bancos escolares. Esse retrato da pouca escolaridade tende a ser um fator decisivo para a sua exclusão social. A importância, então, do resgate social feito pela EJA, mesmo com todas as dificuldades ali encontradas, é de trazer o apenado para um nível tal que ele consiga, quando livre do sistema prisional e estruturado pelo aporte da educação, inserir-se na esfera da sociedade para que esta o respeite social, moral e eticamente.



### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para fomentar a análise teórica nesta pesquisa foram utilizados textos pertinentes de autores como Maria Cammarosano Onofre, Elionaldo Fernandes Julião, além de Paulo Freire, Michel Foucault e, também, a Lei de Execução Penal (LEP). Dando complementação à pesquisa, a publicação *Repensando o PROEJA: concepções para a formação de Educadores* serviu de base para abordar as questões da referida temática, sobretudo os artigos desenvolvidos por Maria José de Resende Ferreira, Sandra Aparecida Fraga da Silva e Antônio Henrique Pinto.

A pesquisa foi realizada na unidade prisional PEVV I, no Complexo Penitenciário de Xuri, em Vila Velha (ES), nos dias 15 e 16 de setembro de 2014. Para a coleta de dados, que deu embasamento à pesquisa, entre os 226 alunos reclusos que cursam o Ensino Fundamental e Médio da unidade prisional PEVV I, foram selecionados 20 (vinte), todos eles do sexo masculino, bem como 5 (cinco) professores e 1 (um) gestor educacional da unidade. Para preservar o anonimato dos alunos e professores, não só durante a entrevista, mas ao longo de toda pesquisa, eles não foram identificados pelos nomes, mas sim pelas letras A (aluno) e P (professor), seguidas de um número referente às suas falas.

Inicialmente, foi feito o contato com a Secretaria de Estado da Justiça (Sejus), intermediado pela Coordenação do Núcleo de Educação do Sistema Prisional, e com os gestores da unidade PEVV I de Xuri. Nesse contato, foram apresentados o projeto de pesquisa e o documento de encaminhamento do PROEJA. Foi explicado que se tratava de um estudo acadêmico para a conclusão de uma etapa do curso de especialização e que se esperava que os resultados do trabalho viessem a contribuir para o desenvolvimento da EJA e para futuros debates sobre esse tema.

Após a formalização da autorização por parte da SEJUS, foram selecionados os sujeitos da pesquisa que compuseram o extrato amostral da população da respectiva unidade carcerária PEVV I de Xuri. O critério de seleção dos sujeitos foi aleatório e voluntário, baseado na disponibilidade apresentada por cada um e no papel que os

selecionados possuem na instituição prisional, seja como aluno da EJA ou como agente educador na referida unidade do Complexo Penitenciário. Após receberem as devidas orientações para o preenchimento do questionário, os alunos e os professores responderam às questões abertas da pesquisa.

A metodologia utilizada no desenvolvimento deste trabalho foi de natureza qualitativa e descritiva. Por meio dessa abordagem, procurou-se mapear e interpretar as opiniões dos alunos e dos profissionais inseridos no processo de ensino/aprendizagem da EJA na unidade PEVVI do Complexo Penitenciário de Xuri. Esse trabalho teve por base a análise exploratória da pesquisa de campo e de fonte bibliográfica, tendo como instrumento de pesquisa o questionário com 9 (nove) perguntas abertas para os professores, 12 (doze) para os alunos e 5 (cinco) para o gestor. Durante a análise dos dados, foram mantidas as falas dos entrevistados na íntegra, sem correção ortográfica e gramatical, para que se preservasse o seu modo de construção do pensamento.

Para Gonsalves (2003, p. 65), uma pesquisa descritiva tem por objetivo “[...] escrever as características de um objeto de estudo”. Adverte-se, aqui, que o fato de ser descritiva não quer dizer que se vai ocupar superficialmente do tratamento do tema. Assim sendo, o estudo compreendeu também a análise do processo de ensino/aprendizagem da EJA. Para isso, serão utilizadas as informações a partir dos dados revelados pelos indivíduos que responderam ao questionário.

## **4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA**

### **4.1 Os professores**

Foram entrevistados 5 (cinco) professores da unidade prisional PEVVI, 2 (dois) dos quais lecionam na alfabetização, 2 (dois) de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e 1 (um) atua tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio. No que se refere ao tempo de trabalho na EJA e no sistema prisional, houve uma variação nas respostas. Um dos professores ministra aulas há 12 anos, 7 deles dedicados aos alunos reclusos. O

restante tem de 6 meses a 3 anos de experiência lecionando no sistema prisional. O que se observa é que a maioria dos professores iniciou suas atividades na EJA lecionando, logo de início, para alunos reclusos do sistema prisional.

Quanto ao conceito de EJA, todos os professores têm o conhecimento de que se trata de uma modalidade de ensino para pessoas que não concluíram os estudos no período regular, independentemente do motivo, e que proporciona uma nova oportunidade ao indivíduo. A EJA, como afirma o P1, é composta por “[...] pessoas que hoje estão em sala de aula, tendo a oportunidade de aprender aquilo que outrora haviam imaginado ter perdido.” O mesmo professor complementa dizendo que é preciso “avançar a educação dando prioridade às especificidades, ou seja, ministrar com habilidade simples, porém com eficácia. Isso proporciona, de certa forma, uma via de ensinamento igualitário”.

É fundamental que o professor que lecione na EJA entenda com clareza o que significa trabalhar com sujeitos que não somente foram privados de dar continuidade aos estudos em um determinado momento de suas vidas, mas que possuem características diferentes de outros alunos da EJA fora do sistema penitenciário, pois, além de possuírem as características históricas dos alunos do ensino regular da EJA, encontram-se em regime de privação de liberdade.

Percebe-se que a educação, nesse contexto, extrapola a dimensão escolar, pois se necessita pensar a própria instituição prisional, uma vez que ela é uma comunidade onde todos os atores envolvidos devem ser responsáveis por dotar o homem aprisionado de conhecimento, permitindo que o aluno recluso se reconheça como um ser de direito. No entanto, esta questão não aparece como um questionamento, como parte do processo educacional. Mesmo sendo esse fator altamente relevante para o contexto, somente a sala de aula aparece como a principal preocupação na questão colocada pelos professores.

As políticas educacionais precisam ser pensadas segundo o princípio da igualdade para que haja a universalização do acesso ao ensino. Também é necessário considerar o princípio da equidade na formulação das políticas públicas inclusivas de

educação, como forma de efetivar o atendimento a um segmento populacional que em determinada etapa da vida foi privado de um direito constitucional, e que se encontra às margens das oportunidades do mercado de trabalho e da vida social. Para Aristóteles, a equidade está ligada à ideia de justiça, como aborda Lima e Rodríguez (2008). Nada mais justo do que garantir a retomada do acesso à educação por jovens e adultos reformulando as estratégias de aprendizado e garantindo, assim, a permanência desses sujeitos no ensino escolar. Para isso, é indispensável tratar de forma diferente os que são diferentes, considerando suas especificidades, na busca da igualdade. A modalidade de ensino EJA, inserida no sistema prisional, precisa absorver as características do seu público-alvo, levando em conta as experiências e os saberes adquiridos ao longo da vida, entendendo o sujeito em sua diversidade, para a construção do currículo escolar. É importante priorizar um modelo diferenciado de ensino para os sujeitos que se encontram em diferentes situações, como maneira de inseri-los de forma mais igualitária no processo de formação profissional e do sujeito cidadão, tendo clareza sobre o estigma e o tratamento que os alunos reclusos possuem dentro do sistema prisional e como são vistos fora dele.

No contexto do Sistema Prisional, entende-se que a educação adquire papel fundamental no processo de ressocialização do sujeito recluso, pois contribui para a formação de um sujeito político crítico, capaz de influenciar seu futuro, possibilitando desenvolver o exercício da cidadania. Ao serem questionados sobre a importância da EJA para a ressocialização dos alunos reclusos, todos os professores concordam que a educação permite uma mudança de comportamento, fazendo com que eles repensem suas ações e reflitam sobre as situações vivenciadas. “É a oportunidade que o aluno tem para adquirir novos conhecimentos e se tornar um ser crítico e pensante”, diz P4. Outro professor complementa dizendo que “o ensino será sempre o meio fundamental para a ressocialização. A EJA tem essa base e pode em muito condicionar progressivamente a ‘recuperação do interno’”, ressalta P1. À medida que os alunos reclusos começam a ocupar os espaços de socialização do saber, acessando novamente o ambiente escolar,

trazendo agora consigo suas experiências de vida e um conhecimento concreto de suas realidades, eles passam a ressignificar suas histórias.

No entanto, é importante compreender que no início da privação de liberdade o homem traz para a prisão um conceito de si mesmo, devido às suas vivências. Na prisão, ele é obrigado a se despir de suas referências, que vão desde a roupa, o cabelo, os hábitos cotidianos até a falta de privacidade, entre outras coisas, pois é forçado a submeter-se aos parâmetros ditados pela instituição carcerária, conforme ressaltam Onofre e Julião, ao afirmar que a educação tem um papel importante nesse entendimento.

Para o homem privado de liberdade, a relação presente-passado-futuro é fundamental em qualquer programa educativo que lhe apresente. É o cotidiano que revela as bases sobre o que é possível, mas não deixa de trazer embutido o passado, como memória e incorporação de vivências. Sua expectativa de futuro é algo que deve ser também considerado, e a educação pode oferecer condições para que ele possa conviver, no presente, com diferentes circunstâncias, sabendo a hora de mostrar-se ou esconder-se, de falar ou de calar, de proteger-se para sobreviver. (ONOFRE; JULIÃO, 2013, p. 55)

O Projeto Político Pedagógico da EJA visa a atender, prioritariamente, um currículo escolar integrado, associando a formação do ensino médio à formação profissional e humana. O fazer pedagógico – pôr em prática a teoria da educação e do ensino – deverá estar associado ao fazer social, na busca pelo conhecimento como transformação da sociedade, e não somente pelo viés academicista. Pinto (2011) mostra que, para orientar a construção do currículo escolar na modalidade EJA, o professor, no seu fazer educacional e na sua prática diária, precisa encontrar a maneira mais adequada para mediar as informações, considerando o significado e o sentido do retorno ao ambiente escolar para o jovem e o adulto trabalhador. Para isso, é fundamental considerar as particularidades dos sujeitos que estão inseridos nessa modalidade de ensino, principalmente no que diz respeito às questões geracionais, étnicas, regionais e de gênero, assim como toda sua trajetória histórica, o momento que estão vivendo e as relações afetivas, levando em conta aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos

da vida. E, além disso, particularmente entender, no caso dos alunos reclusos, que a educação pode ser uma de suas alternativas para o processo de ressocialização, após ter saído do regime de reclusão e ter conquistado a liberdade.

Considerando os objetivos da EJA, não é difícil observar as contradições diante da dinâmica do sistema de cárcere, como bem colocam Onofre e Julião (2013) em seus estudos, quando chamam a atenção para uma lógica paradoxal, pela qual se deve achar um ponto de convergência entre a segurança e o processo educativo, objetivando atingir a ressocialização, quando esse indivíduo em liberdade consiga de forma eficaz se reintegrar à convivência em sociedade.

No que concerne às estruturas e aos materiais facilitadores utilizados para o aprendizado do aluno, P5 e P2 responderam que não se tem material didático específico da EJA para trabalhar com os alunos reclusos. P2 afirmou ainda que “o material é do ‘Viver e Aprender’”, mas que não contempla todas as disciplinas. “Eu trabalho com o material visual, trazendo vídeos dentro de cada temática, tornando as aulas mais dinâmicas. Não existe um currículo específico.” P2 reforça dizendo que “os desafios são inúmeros. Não tem currículo próprio. Não tem base para nortear o professor. Eu analiso a turma e procuro saber o que eles sabem e querem saber. O professor precisa ser mais do que dinâmico, tem que ser comprometido com o que faz”. O mais interessante é que a falta de material didático específico para a EJA também é citada como sendo um fator importante em outras perguntas. “Precisa de livros de EJA, pois não temos. Os livros que são utilizados são os comuns, não específicos para a EJA, sendo livros de ensino regular”, afirma P3. Os professores também informaram que os recursos utilizados são o quadro branco, pincel, livros didáticos do ensino regular, textos informativos, TV e DVD.

O currículo escolar é um instrumento de grande relevância que, associado à prática avaliativa, vai fundamentar o processo de ensino e aprendizagem. Ele precisa ser pensado de forma que os conhecimentos, os saberes e as experiências dos alunos estejam conectados às novas aprendizagens apresentadas pela escola e pelo professor, possibilitando um diálogo entre os saberes acadêmicos e os de vida. Resultado disso é

que a aprendizagem se torna significativa para o aluno, como afirmam Ferreira e Silva (2011). É importante ressaltar que atividades mais dinâmicas em sala de aula permitem a fixação do aprendizado e resgatam situações cotidianas observadas sob novas perspectivas, que abrem espaço para inúmeras possibilidades de pensar o mundo. A intenção é possibilitar que cada aluno descubra suas capacidades, reforce suas potencialidades e exercite seu próprio pensamento por meio de um comportamento ativo em seu cotidiano, enquanto ser social.

Foi perguntado aos professores como eles avaliavam seus alunos durante suas aulas no semestre. Observaram-se, então, algumas respostas.

Eu avalio o aluno nas atividades cotidianas. Os alunos têm muita vontade de aprender a ler, ficando ansiosos. Conversamos com eles dizendo que é um processo lento. Utilizamos algumas regrinhas de aprendizado, associando com coisas do dia-a-dia. Por exemplo: eles leem muito a bíblia. Comparam a letra do quadro com as que eles veem na bíblia. (P3)

Existem maneiras diferentes de avaliação. O professor vai adaptar de acordo com a necessidade específica do aluno, através de trabalho em grupo ou individual etc. (P4)

O aluno no sistema não quer ter muito trabalho, pois estão acostumados com atividades de consultas, copiando e colando as ideias. Eu priorizo o aprendizado avaliando o aluno nas suas especificidades, me diferenciando dos outros profissionais, em relação à didática. Não costumo trabalhar com prova em dupla, por exemplo. Tenho minha maneira de trabalhar que dá certo. (P2)

De acordo com Ferreira e Silva (2011), entende-se que a avaliação é um importante instrumento para se repensar as práticas educativas e avaliar as propostas e as ações pedagógicas, adequando-as às necessidades dos alunos. Busca-se, de forma investigativa, quando contextualizada e compreendida em sua totalidade, a “observação, a reflexão e a ação” (*apud* HOFFMANN, 2007, p. 14) dos processos de ensino-aprendizado na EJA. “Um processo avaliativo que contemple a diversidade dos sujeitos da EJA no Proeja tem o dever ético de reconhecer, de acolher, de valorizar e de legitimar seus saberes, suas experiências, seus valores e suas especificidades enquanto jovens e adultos”. (FERREIRA; SILVA, 2011, p. 213).

É importante pensar “uma prática avaliativa para além da ‘pedagogia de exames’” (FERREIRA; SILVA, 2011, p. 213), na qual provas e testes não são os únicos recursos avaliativos capazes de medir o conhecimento adquirido pelos alunos. Na verdade, esse método é um tanto contraditório, pois os alunos se transformam em máquinas de memorização de conteúdo, o que não quer dizer que aprenderão. É possível que, dessa forma, os alunos nem consigam correlacionar os conteúdos aplicados em sala de aula com suas experiências de vida, a ponto de refletirem sobre elas com o objetivo de atingir uma consciência crítica capaz de politizar essas relações e transformar suas vidas. Todo o mecanismo de avaliação dos alunos na EJA precisa assumir um papel de inclusão, no qual se respeitam as diferenças e se considera a pluralidade na construção coletiva do conhecimento em sala de aula.

Tradicionalmente, as técnicas utilizadas em sala de aula para avaliar o aluno apresentam um caráter quantitativo, e não qualitativo, como afirmam Ferreira e Silva (2011), fazendo parte do cotidiano escolar de muitas escolas um método avaliativo segundo o qual é essencial medir e mostrar os resultados das avaliações, que, culturalmente, têm como objetivo julgar e classificar o aluno em ótimo, bom, regular ou ruim. Dessa forma, a avaliação passa a ser vista para o aluno, para o professor e para a escola como o mais importante aspecto do processo de ensino-aprendizado, gerando o risco de transformar o aluno em mais números que vão regular o índice de aprovação e reprovação. Além do mais, reforça-se a tendência a rotular o professor como bom ou ruim, o que faz com que se mantenha a cultura segundo a qual escolas boas são aquelas em que se aprovam alunos, e professores bons são aqueles cuja turma passa de ano.

Sendo assim, compreende-se que para o público-alvo da EJA, em um processo avaliativo, devem-se considerar as múltiplas formas de aprender e ensinar, absorvendo o conhecimento de vida desses alunos no seu dia-a-dia, seja no trabalho, na família ou nas relações sociais que eles estabelecem. É fundamental trabalhar os saberes de forma crítica e problematizadora, relacionando-os com os conteúdos em sala de aula, na perspectiva de uma *práxis* política capaz de proporcionar ao aluno uma autonomia nesse processo, e desenvolver uma consciência crítico-reflexiva acerca de questões relativas



ao seu aprendizado, à sua forma de vida – seja ela individual ou coletiva – e à sua natureza humana. Esse é o objetivo da ação educativa, pelo qual o aluno, no processo de ensino-aprendizagem, conseguirá sua emancipação enquanto ser social, pensante e produtivo, facilitada por uma educação que valorize a formação humana. Ao entender a educação como formação para uma emancipação humana, pode-se considerar que esta será para a “inserção nas relações sociais e no mundo do trabalho” (FERREIRA; SILVA, 2011, p. 214).

Faz-se política ao educar e educa-se ao mediar as informações para que os sujeitos possam, eles mesmos, transformá-las em conhecimento. E para atingir o conhecimento, segundo Freire, é necessário juntar a informação que o educando recebe com aquela que ele já possui, uma vez que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (2002, p. 21). Para que haja o respeito aos saberes desses sujeitos, tornando a educação um espaço democrático do ensino-aprendizagem, é fundamental trabalhar com o que é natural da realidade deles, agregando novos fatos, experimentando novas oportunidades, para que possam, desse modo, ser agentes transformadores de sua realidade.

Os próprios alunos desafiam com que a gente continue pesquisando e se especializando. Temos alunos que se sobressaem, alunos muito bons que nos desafiam a buscar mais. Por exemplo: o Ebola. Eles querem saber tudo sobre o assunto. São questões do cotidiano associando com a prática, criando estratégias mais dinâmicas. Uma abordagem que atenda a eles de forma diferenciada, pois não há uma forma específica de ensinar, então, criam-se estratégias. (P2)

O educador, ao vivenciar as experiências de seus alunos, precisa ter um olhar mais abrangente, analisando seu público-alvo do micro para o macro e vice-versa. É necessário estar aberto ao mundo para conhecer e ser generoso, compreendendo que existe uma conectividade entre os seres humanos, e que esta é uma qualidade que nos torna mais humanos – a capacidade que temos de nos socializar. Ensinar ao outro aquilo em que você acredita é uma ação política, e precisa ser pensada numa perspectiva ética, humanizadora e libertária do ser humano, como desejava Freire (2002).

A sala de aula é um espaço dinâmico em que esses vários saberes estão em processo de interação. Os modos como eles foram construídos por meio das experiências pessoais de cada aluno precisam ser levados em consideração pelo professor. O processo educacional está ligado ao bom planejamento das aulas e dos conteúdos, sobretudo quando esse planejamento leva em conta a rica diversidade cultural do aluno. A realidade que se expressa no ambiente escolar é da ordem de uma socialização do conhecimento, preparando o aluno para o exercício diário de sua cidadania. Planejar é, desse modo, organizar o pensamento didático para que o conhecimento possa se multiplicar e que os alunos sejam, portanto, esse ponto de multiplicação.

Ao ser indagado sobre como o professor pode contribuir para que a EJA atenda às necessidades dos sujeitos reclusos, P3 respondeu que é preciso respeitar as dificuldades dos alunos.

Eu aprendo com o aluno e eles aprendem comigo. É uma troca. É preciso ter interação para eles evoluírem. Quando eles mostram o exercício errado, mesmo assim tem que incentivar. Tem que ter um manejo. Não pode dizer que a matemática é ruim, por exemplo. Senão eles não se interessam. (P3)

De todo modo, o professor, juntamente com a escola, precisa desenvolver estratégias que permitam aos alunos dialogar com os saberes, desenvolver suas potencialidades e exercitar seu próprio pensamento por meio de uma reflexão crítica, ao ponto de intervir positivamente na própria realidade, antes marcada pela exclusão do conhecimento acadêmico, devida à não democratização do ensino. Sendo assim, para o professor conciliar os instrumentos necessários para a construção de uma prática pedagógica que compreenda as especificidades de seus alunos e atenda-os em suas necessidades enquanto sujeitos sociais, é fundamental que a *práxis* venha acompanhada pela formação docente, fazendo de suas ações mecanismos que permitam a autonomia e emancipação desses alunos. Freire (2001) explica que a formação do professor precisa ser continuada, de modo que a sua preparação e capacitação para a docência sejam permanentes e que, assim, o professor possa analisar criticamente sua *práxis*.

O fato, porém, de que ensinar ensina o ensinante a ensinar um certo conteúdo não deve significar, de modo algum, que o ensinante se aventure a ensinar sem competência para fazê-lo. Não o autoriza a ensinar o que não sabe. A responsabilidade ética, política e profissional do ensinante lhe coloca o dever de se preparar, de se capacitar, de se formar antes mesmo de iniciar sua atividade docente (FREIRE, 2001, p. 259).

Defensor do diálogo, Freire, em sua ideologia, sonhava com uma educação pública, popular e democrática, acreditando que isso só seria possível quando “a justiça social fosse implantada antes da caridade”<sup>3</sup>, na perspectiva de garantir os direitos fundamentais. Quando entendemos a educação como um direito de todos, e não privilégio de poucos, ao educador se faz necessário que o seu discurso profissional seja coerente com uma prática educativa democrática, na qual haja respeito às diversidades de seus educandos, considerando as pluralidades de ideias. Sendo assim, não é aceitável que o educador tenha um discurso, por exemplo, racista, sexista e homofóbico, pois, desta forma, alimenta-se o preconceito, a discriminação e a exclusão em um segmento populacional, reforçando esses valores nos educandos. Freire vai dizer que “como professor não me é possível ajudar o educando a superar sua ignorância se não supero permanentemente a minha” (2002, p. 37). Por isso a importância de se pensar e repensar, diariamente, não só a prática, mas o discurso que leva a ela. E para que o diálogo possibilite uma reflexão, precisamos desconsiderar as verdades absolutas e fundamentalistas que estão enraizadas em nossos “saberes”, dando início a um movimento que alcance a transformação para uma sociedade mais justa e igualitária, como desejava Paulo Freire.

Analisar a reincidência no sistema prisional compreende entender os diversos fatores que levam a essa realidade, considerando, inclusive, o sistema no qual estamos inseridos, que propõe a lógica do capital, pela qual um ser não produtivo é peça que não interessa ao sistema. Dentro dessa dinâmica, fica a necessidade de incluir um processo

---

<sup>3</sup> Texto retirado do vídeo produzido pela TV Escola em 2007, Paulo Freire Contemporâneo.

de autoavaliação de todos os atores envolvidos na lógica do sistema prisional, pois, se a ressocialização é o objetivo, a reincidência é a reprovação do sistema.

## 4.2 Os alunos

Os 20 alunos entrevistados, da Unidade Prisional PEVVI, são das turmas de 5ª, 6ª e 7ª séries do Ensino Fundamental e 1º e 3º ano do Ensino Médio da modalidade EJA. Há uma variação na idade dos alunos que participaram da pesquisa: 9 (nove) deles podem ser classificados como jovens, de acordo com o Estatuto da Juventude, pois estão entre a faixa etária dos 20 a 28 anos, 10 (dez) alunos possuem idades entre 30 e 46 anos e apenas 1 (um) aluno tem 68 anos, considerado idoso, de acordo com o Estatuto do Idoso. Referente ao tempo de reclusão, a maioria está presa há um tempo que varia entre 2 e 6 anos, alguns com menos de 1 ano e outros chegando a 11 anos de privação de liberdade.

Sobre a importância da educação para o processo de ressocialização do preso, todos relataram que ela é para adquirir conhecimento e que, por meio dele, possibilitam-se mudanças de vida. A educação para os alunos reclusos está associada ao retorno ao convívio social, ao desejo de um dia serem aceitos pela sociedade, como é demonstrado nos seguintes trechos:

As coisas comessou a mudar em minha vida comecei a pensar diferente ir mim preparar para ser aceito na sociedade e ter uma vida normal. (A4, 6ª série)

Aprendemos mais sobre viver bem em sociedade e o conhecimento é algo que ninguém vai poder nos tirar. (A2, 5ª série)

É a maneira de reaprendermos valores. (A17, 3º ano)

É importante ressaltar que os alunos têm consciência de que a educação contribui de alguma forma na transformação do sujeito recluso e que permite, de certo modo, levá-lo a uma reflexão sobre sua atual condição de vida, como é explanado por A17, 3º ano: “A educação é capaz de nos fazer refletir do que queremos e nos mostrar

outros horizontes mantendo em nós a autoestima e o desejo de vencer e também nos ajuda a nos redirmos de nossos erros”. Os alunos depositam na educação a esperança de que, por meio dela, novas conquistas serão possíveis, idealizando mudanças significativas enquanto ser social.

Hoje muitos através destas escolas aprenderam muitas coisas ate mesmo largaram o crime e procuram uma vida melhor... então todos que se encontre aqui não querem segui o mesmo caminho querem mostra pra sociedade que ainda a uma recuperação do ser humano. (A20, 3º ano)

É claro que, dentro de uma instituição carcerária, a educação também tem como objetivo, além do aprendizado e conhecimento, a remissão da pena, pois a cada 12 horas estudadas eles ganham um dia a menos na cadeia. Enquanto a EJA, para grande parte dos educandos que frequentam as instituições fora do sistema prisional, representa a certificação do ensino, para os alunos reclusos ela é vista como a “porta de saída da cadeia”.

Eu acredito que nunca é tarde para recomeçar... necessito de aprendizado que é de muitissima e grande importância em nossas vidas e de todos em geral. Mas também não posso deixar de citar sobre nossas remissões que nós assinamos todos os dias e que elas nos atrae também a escola, pois todos sonhamos em um dia sairmos daqui a irmos de volta para nossa família. E cada três dias assinados nós ganhamos um a menos em nossa pena. (A14, 1º ano)

Outro fator relevante para os presos, no que se refere à importância da educação no processo de ressocialização, diz respeito à oportunidade de concluir os estudos e, assim, garantir melhores postos no mercado de trabalho. “É importante principalmente pra quando o interno sair possa conseguir um bom emprego. É uma oportunidade de aprendizado e de termina os estudos a qual muitos aqui não sabia nem escrever o nome.” (A12, 1º ano) Para outro aluno, a ausência da escolarização é entendida como um dos fatores responsáveis pelo desemprego, justificando a falta dele como um dos motivos para a violação de leis.

Quero frisar que a educação contribui para o melhor funcionamento da conduta cidadã. O homem por muitas das vezes transgride a lei simplesmente por não ter oportunidade de trabalho, pois os serviços de hoje em dia requer principalmente a educação e faculdades exigidas. A educação vai ajudar a ingressar pessoas no ramo trabalhístico com mais facilidade. (A13, 1º ano)

Além de estudar, alguns alunos também trabalham em outro turno, como afirma A2, 5ª série: “Eu trabalho na parte da manhã e estudo a tarde, eu acordo as 5 horas da manhã todos os dias, as 8 horas vou para o trabalho”.

Perguntados sobre o que eles entendem por Educação de Jovens e Adultos (EJA), 12 (doze) alunos responderam que é uma nova oportunidade de estudar e se preparar para o mercado de trabalho, enquanto 7 (sete) alunos compreendem a educação como aquela na qual o sujeito é cordial, gentil e respeita o espaço do outro, associando também aos valores familiares, como expressado abaixo:

Sem educação nois não conseguimos obter o respeito. Eu entendo que a educação é a base de tudo, muitos ta precisando ser reeducado, podemos ver que falta educação em muitas coisas até num simples transito por falta de educação você ja pode ver mortes... por falta de uma educação adequada. (A11, 7ª série)

Apenas 1 (um) aluno avaliou a EJA como uma modalidade de ensino que contempla uma educação diferenciada que considera as experiências de vida dos sujeitos durante o processo de ensino-aprendizagem, como se observa no seguinte texto:

Entendo que a educação de jovens e adultos e uma troca de experiencias conhecimentos que com estudos e convivências podemos compartilhar. Eu ouvi falar que essa educação e diferenciada. (A9, 7ª série)

Dentro dessa perspectiva, pode-se intuir que o não entendimento sobre a finalidade da EJA por parte dos alunos contribui para o distanciamento do diálogo entre o que se ensina e o que efetivamente se aprende.

Apesar de o significado da EJA não ser de conhecimento de todos, os alunos conseguiram relatar a importância do professor da EJA no sistema prisional. Para eles, tem um significado que vai além do aprendizado, pois acreditam que o professor contribui, por meio do conhecimento compartilhado em sala de aula, para a formação

crítica e reflexiva do sujeito recluso. A11, 7ª série, diz que o professor pode “fazer a pessoa talvez olhar com outros olhos a vida, o mundo!” Na ideia dos alunos, os professores são as “peças-chave” para o resgate da cidadania, pois eles os percebem como capazes de auxiliar na transformação de sua condição atual, na medida em que os tratam como sujeitos construtores de sua própria história, independentemente de sua situação carcerária. A8, 6ª série, diz que a “importância dos professores surge a partir da dedicação, seriedade e confiança” que eles têm nos alunos e no trabalho executado em sala de aula. A16, 1º ano, complementa que os professores são “excelente profissionais e por tar trazendo educação para um monte de presos que pra a sociedade somos monstros e eles olham de um lado diferente ver nós como pessoas normais”.

Perguntados sobre como é a EJA que eles vivenciam no sistema prisional, alguns alunos enfatizaram a importância dos professores, elogiando e exaltando as suas qualidades profissionais, enquanto outros questionaram os agentes penitenciários no que se refere ao tratamento dado aos alunos, às rotinas e à disciplina dentro do ambiente escolar. Os questionamentos foram colocados em evidência em outras perguntas, sempre aparecendo como um dos fatores de incômodo dos alunos.

Os agentes penitenciários ficam o tempo todo gritando com os alunos, xingando, impedindo de beber água ir ao banheiro etc... Mas os professores são ótimos nos tratam como seres humanos, quando estou dentro da sala de aula com os professores eu me sinto gente, humano e respeitado denovo. (A2 da 5ª série)

Sobre o acesso à biblioteca, 15 (quinze) alunos disseram que não têm essa possibilidade. Alguns desconhecem os motivos de não frequentarem esse espaço, mas de tempos em tempos eles conseguem livros para ler, não explicitando quem os fornece, como afirma A8, 5ª série: “A biblioteca em si não, mas ao acervo sim, recebemos livros periodicamente”.

Embora existam limitações referentes ao ensino dos alunos, eles fazem sempre questão de lembrar que, apesar das dificuldades vivenciadas, estudar no presídio ainda é compensador.

A educação no sistema prisional é muito bom para nós internos, eu como já estou na fase adulta já não tinha mais esperança de voltar a estudar, mas agora já é realidade eu estou estudando, e quando eu sair de onde me encontro quero ser um grande profissional graças à educação que o sistema prisional me propôs. (A6, 6ª série)

Os alunos possuem uma rotina de estudos de 4 horas/aula por dia, alguns no turno da manhã, outros no da tarde, de segunda a sexta-feira. Essa rotina segue os procedimentos internos de segurança da unidade prisional onde os presos se encontram. Portanto, eles são revistados tanto na ida para as salas de aulas, quanto na volta para as celas. Durante as aulas, há um pequeno intervalo para a ida ao banheiro, por meio de escolta dos agentes penitenciários, na perspectiva de manter a ordem no ambiente escolar, como informaram os alunos. Uma questão levantada pela maioria dos alunos é sobre a demora em serem retirados de suas celas para serem levados para as salas de aula, prejudicando o tempo de permanência na escola e dificultando sua aprendizagem, como relata A12, 1º ano: “São poucas horas porque os agente tira atrasado”. Outro aluno complementa a vivência:

A rotina de estudos no presídio PEVVI é feito pelos agentes e pedagogos. Durante o dia a dia nos viemos para a sala de aula e temos quatro materias sendo que a 1ª aula a maioria de nos perdemos ela e nossas aulas é de 40 minutos. Na verdade nos só temos a segunda e a terceira aula corretamente. Isso atrapalha um pouco nossa aprendizagem. (A10, 7ª série)

O fato de ter que lidar com a ideia de uma educação libertadora e, ao mesmo tempo, objetivar a ressocialização dentro de uma cultura prisional limitadora gera conflitos que precisam ser compreendidos por ambas as partes, conforme é relatado por Onofre e Julião:

Em muitos casos, as atividades realizadas pelas escolas são desqualificadas e ameaçadas, dependendo quase que cotidianamente de consentimentos [...]. O excesso de zelo pela segurança geralmente impede qualquer criatividade docente: passar filmes, convidar palestrantes, desenvolver pesquisas, atividades coletivas, em muitos estabelecimentos penais são atividades quase impossíveis. (2013, p. 63, *apud* BRASIL, 2010, p. 21)



Para os alunos, a escolha de estudar enquanto encontram-se reclusos está associada a vários interesses, como, por exemplo:

- Aprendizado e conhecimento;
- Término dos estudos;
- Mercado de trabalho;
- Oportunidade de fazer outros cursos, dando continuidade aos estudos;
- Melhoria de vida social;
- Dar bons exemplos aos filhos e ser orgulho para a família;
- Ficar longe das celas;
- Passar o tempo;
- Remissão da pena.

Em se tratando das dificuldades enfrentadas na condição de alunos, eles apresentaram alguns questionamentos diários, tais como:

- Tratamento por parte dos agentes penitenciários, no ambiente escolar;
- Não poder ir ao banheiro e beber água nos momentos de necessidade;
- Fatores psicológicos;
- Dificuldade no aprendizado por estarem muito tempo sem estudar;
- Poucas aulas, devido aos atrasos nas retiradas dos alunos para as salas de aula;
- Falta de professores;
- Falta de livros e material didático;
- Não poder levar o material escolar para as celas.

Dentre as melhorias que eles desejam para a educação no presídio, estas são as reivindicações:

- Tratamento humanizado por parte dos agentes penitenciários;
- Não atraso da retirada dos alunos das celas para as salas de aula, aumentando sua permanência no ambiente escolar;
- Valorização dos alunos;
- Material didático;

- Liberação para ir ao banheiro e beber água mais vezes durante as aulas;
- Entrada do material escolar, como textos, livros e cadernos, nas celas;
- Mais cursos profissionalizantes e palestras educativas;
- Acesso à biblioteca para todos os alunos;
- Aumento de vaga para mais alunos;
- Oportunidade de cursar faculdade à distância para quem for concluindo o ensino médio.

Observa-se que as dificuldades enfrentadas como alunos estão associadas às melhorias na educação almejadas por eles. De todo modo, a escola deveria ser, na visão deles, a representação de um espaço de sociabilidade e reinserção social, à medida que oferece oportunidades para que eles mesmos possam alcançar sua autonomia e emancipação enquanto cidadãos, sendo capazes de promover seu desenvolvimento pessoal e profissional, transformando, assim, sua realidade e expandindo seu conhecimento sobre o mundo.

Dos 20 (vinte) alunos entrevistados, 9 (nove) consideraram a educação no sistema prisional regular, 7 (sete) disseram ser boa, 2 (dois) acharam excelente e os outros 2 (dois) não responderam. Perguntados sobre o porquê das afirmações, a maioria dos alunos, em suas respostas, associou-as aos fatores de dificuldades apresentados acima, considerando-os limitadores no processo de ensino-aprendizagem. Apesar disso, não deixaram de elogiar o trabalho dos professores, exaltando suas qualidades profissionais e colocando-os como fundamentais para a escola e para possíveis futuras mudanças na vida do preso.

Sendo assim, percebe-se que o universo estudado inclui duas realidades distintas: a dos profissionais pedagógicos e a dos alunos. Essas são duas realidades que devem ter uma porta aberta, um canal de interlocução, para que haja, dentro delas, a crença de que se pode mudar e melhorar o outro, como parte desta cidadania a ser construída constantemente.

Essa pesquisa também contou com a contribuição da Subgerência de Educação nas Prisões da Sejus, em entrevista realizada no dia 16/09/2014. A questão fundamental era saber quais eram os desafios da EJA dentro do sistema prisional. Pontos importantes foram ressaltados e contribuíram para o entendimento do atual quadro no Espírito Santo:

Historicamente, a educação nas prisões possui práticas pouco sistematizadas e com profissionais despreparados para lidar com um público tão complexo, e que, para a maioria, a educação não foi significada em sua vida quando estava em liberdade. Procuramos vencer esse desafio na medida em que acompanhamos/orientamos os profissionais envolvidos no processo educacional do preso. As Secretarias de Educação e de Justiça têm estudado novas possibilidades para formação de professores e também para a qualificação da oferta educacional. Neste sentido, está proposta para 2014 a publicação do Plano Estadual de Educação nas Prisões do Espírito Santo, diversas unidades prisionais já estão construindo o Projeto Político Pedagógico e outra expectativa é a construção das diretrizes educacionais da Educação de Jovens e Adultos em Privação de Liberdade.

[§]Outro desafio significativo é a rejeição, por parte de alguns agentes de segurança, da educação formal e profissionalizante para os presos, uma vez que há grande movimentação dos internos, um grupo concentrado que, muitas vezes, está de posse de materiais e ferramentas que, para os agentes, colocam em risco a segurança. Este problema está sendo superado por meio da participação da equipe de ressocialização no programa de formação profissional dos agentes penitenciários, e provoca a reflexão sobre as vantagens e benefícios que a garantia dos direitos dos apenados, como é o caso da ampliação da escolaridade e a qualificação dos presos, trará tanto para as Unidades prisionais, com internos mais calmos e disciplinados, e para a sociedade, com cidadão com formação educacional e profissional. (Subgerência de Educação nas Prisões da Sejus, 2014)

Assim, por meio desta pesquisa, mostrou-se um panorama da atual situação da unidade prisional em questão, revelando os desafios e a complexidade que é gerir uma educação efetiva, de qualidade, visando à humanização dos alunos em situação de extrema dissocialização humana.

## 5 CONCLUSÃO

Ao pensar a política pública educacional no Brasil, percebe-se que há uma disparidade na implantação e efetivação dos serviços que envolvem a construção e a fomentação de conhecimento.

Tratando-se da Educação de Jovens e Adultos inserida no Sistema Prisional, percebe-se que ela não é diferente do contexto acima citado, pois se encontra à mercê da governabilidade dos interesses políticos da gestão institucional. O risco que se apresenta é o desamparo no que se refere às políticas socioeducacionais, propulsoras do processo de ressocialização, às quais, se não valorizadas como mecanismos de reinserção social, tornar-se-ão apenas números que vão desenhar os mapas estatísticos.

A ausência de investimentos e atenção a esta parcela da sociedade, que chega a quase 600 mil presos no Brasil, pode estimular o retorno desses indivíduos às situações que os coloquem em estado de invisibilidade social – o que não se restringe às grades e muros rodeados por cercas elétricas –, uma vez que, na prática, não existe uma igualdade de oportunidades na lógica capitalista, o que alimenta os bolsões de pobreza e violência.

Entendo que o desamparo educacional dos que se encontram reclusos está associado a um abandono maior, o desprezo social, por se acreditar que esses, na visão geral e estereotipada, não fazem parte da sociedade e, assim, não são “merecedores” de tais políticas – até como forma de uma “justiça” punitiva –, não sendo vista, portanto, a educação como direito de todos. Isso é reflexo de uma sociedade cada vez mais excludente que, não dialogando e ignorando a existência de problemas coletivos, cria barreiras que tornam impossível lidar com as diversas expressões da questão social.

O que podemos concluir é que pensar políticas públicas para a educação no sistema carcerário é também pensar o próprio sistema e suas singularidades, pois são coisas indissociáveis. São comunidades de homens e mulheres com trajetórias diversas, pensamentos diversos, mas entre eles há um ponto em comum: a exclusão do convívio em sociedade.

No entanto, não deve ser negado aos alunos apenas o seu direito de viver novamente em sociedade. É neste panorama que a educação no sistema prisional deve se fixar: promover uma reintegração dos que estão à margem do sistema, que, em sua grande maioria, já estão fadados – quando não há uma intervenção efetiva do Estado – à exclusão no processo de acessibilidade ao trabalho e aos bens culturais. As consequências de uma educação que não chama para si as responsabilidades de ressocialização são, a médio e longo prazo, uma sociedade com altos desníveis sociais e que realimenta a condição prisional.

Parece ser uma unanimidade a importância que a educação tem na ressocialização do preso. O que esta pesquisa percebeu foi a dificuldade em saber que educação seria essa. Não seriam todos os envolvidos responsáveis por ela? Seriam somente os esforços dos professores e gestores suficientes para criar a cultura de uma educação ressocializadora e libertadora? É possível libertar e transformar uma cultura de aprisionamento? A reincidência pode ser analisada também sob a ótica do fracasso do processo educacional, já que ela é a própria negação dos esforços pedagógicos? São questões que devem ser pensadas por todos os níveis da sociedade, por todos os envolvidos, não importa a que lado das grades se pertença.

Conclui-se que o tema abordado é amplo e complexo e não se esgota aqui. E, possivelmente, será tema pertinente para novas pesquisas, em um futuro próximo. Este trabalho mostrou apenas uma pequena ponta de um enorme *iceberg* que envolve governo e sociedade, num difícil desafio de diminuir os índices de violência no país e, conseqüentemente, diminuir a população carcerária, além de efetivamente possibilitar a ressocialização.

O que podemos observar na unidade PEVVI do complexo penitenciário do Xuri é um esforço para implementar a ideia de que a educação é um instrumento de ressocialização por meio do EJA. É necessário entender que educar não se limita às salas de aula, passa pelo esforço de todos os atores envolvidos no espaço carcerário, que, sob essa ótica, deveria ser entendido com uma unidade educativa para indivíduos

que, por motivos diversos, foram excluídos do convívio da sociedade por regime de aprisionamento.

Para transformar pela educação, é preciso entender o seu real papel na ressocialização dos internos do sistema prisional, como Onofre e Julião analisam:

Portanto, falar em direito à educação é mais que organizar um processo de alfabetização e aquisição de noções de cálculo e, para tanto, há que se investir na formação de educadores que elaborem um projeto educativo de maneira multiprofissional, ultrapassando a perspectiva de programas temporários de educação, evitando, se possível, a superposição dos horários de trabalho-escolarização-educação não-formal. Não se trata de tomar um sujeito a ser atendido por diversas ações isoladas, mas promover um programa educativo integrado, que respeite a singularidade de cada pessoa e construa com ela um projeto de vida. A educação é um processo global porque recolhe pedaços dispersos da vida: dá significado ao passado, oferece ferramentas para formular projetos individuais no presente, e ressignifica as perspectivas de futuro. (ONOFRE; JULIÃO, 2013, p. 65)

Apesar de alguns avanços – como o Plano Estratégico de Educação no Sistema Prisional (PEESP), por meio do decreto nº 7.626/11, de 24 de novembro de 2011, que tem como objetivo a ampliação e a qualificação da oferta da educação nestas instituições, contemplando a EJA –, é inegável que há muita reflexão a ser feita acerca do tema, pois são necessárias mudanças culturais e estruturais dentro e fora dos muros das prisões.

Portanto, o processo de ressocialização do sujeito recluso, se não compreendido em suas instâncias maiores – por meio de uma educação que passe pela formação humana, crítica e social –, ficará à mercê da cultura prisional, reforçando os ideais de exclusão social. É importante ressaltar que, dessa forma, a educação não atenderá às necessidades dos sujeitos reclusos nem da sociedade, como profere a EJA, e tampouco será vista como libertadora, já que para isso necessita de uma participação crítica e reflexiva dos educandos.

O aluno da EJA no sistema prisional esbarra em questões práticas penais que o desestimulam, dada a sua condição de recluso. Poderíamos dizer que é uma condenação dupla a se cumprir: a condenação educacional e a condenação social.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEBER, Bernadette. **Reeducar, reinserir e ressocializar por meio do ensino à distância**. 2007. 146f. Tese de Doutorado – Programa de pós-graduação em engenharia e gestão do conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<http://btd.egc.ufsc.br/wp-content/uploads/2007/08/Bernadette-Beber.pdf>> Acesso em: 01 mar. 2015.

BOUDON, Raymond et al. **Dicionário de Sociologia**. 1. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1990. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAW-AAB/dicionario-sociologia?part=29>> Acesso em: 23 abr. 2015.

BRASIL. **Lei de Execução Penal**, nº 7.210 de 11 de julho de 1984. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm)> Acesso em: 05 dez. 2014.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN**. 2014. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/transparencia-institucional/estatisticas-prisonal/anexos-sistema-prisonal/total-brasil-junho-2013.pdf>> Acesso em: 28 fev. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça; Ministério da Educação. **Plano Estratégico de Educação no Sistema Prisional**. Decreto nº 7.626/11, de 24 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1030066/decreto-7626-11>> Acesso em: 23 abr. 2014.

FERREIRA, Maria José de Resende; SILVA, Sandra Aparecida Fraga da. Avaliação do Ensino e da Aprendizagem na EJA e no PROEJA: Reflexões e Propostas. In: **Repensando o PROEJA: concepções para a formação de Educadores**. Vitória: Editora Ifes, 2011, p. 209-236.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo, SP: Editora Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. Carta de Paulo Freire aos professores. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 259-268, maio/ago. 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9805/11377>> Acesso em: 02 fev. 2015.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão**. 20. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1987.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 7. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. 3. ed. Campinas, SP: Alínea, 2003.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Educação e o trabalho como programas de reinserção social na política de execução penal do Rio de Janeiro. **Revista de Criminologia e Ciências Penitenciárias**, COPEN, São Paulo, ano 1, n. 2, p.1-47, dez. 2011.

LIMA, Silvia Peixoto de; RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. Políticas educacionais e equidade: revendo conceitos. **Revista Contrapontos**, Itajaí, v. 8, n. 1, p. 53-69, jan/abr. 2008. Disponível em: <<http://www6.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/936> > Acessado em: 10 nov. 2013.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano; JULIÃO, Elionaldo Fernandes. A Educação na Prisão como Política Pública: entre desafios e tarefas. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 51-69, jan./mar. 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/30703>> Acesso em: 24 maio 2014.

PAULO Freire Contemporâneo. Direção: Toni Venturi; Realização: TV Escola; Produtora: Olhar Imaginário, 2007 (53 min.). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=N\\_4U2EA-V\\_4](https://www.youtube.com/watch?v=N_4U2EA-V_4), parte 1 <https://www.youtube.com/watch?v=ZOdtNiya2b0>, parte 2. Acesso em: 7 dez. 2013.

PINTO, Antonio Henrique. Desafios na construção do currículo do Proeja. In: **Repensando o PROEJA**: concepções para a formação de Educadores. Vitória: Editora Ifes, 2011, p. 67-83.